**EDITAL**

**11 de março de 2022**

**PREGÃO PRESENCIAL n° 006/2022**

**TIPO:** MENOR PREÇO
**REGIME DE EXECUÇÃO:** EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL
**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** POR LOTE

**I - PROCESSO ADMINISTRATIVO:**
2671/2021

**II - DATA E HORÁRIO DE REALIZAÇÃO (HORÁRIO LOCAL):**
24/03/2022 às 08h (Credenciamento, abertura dos envelopes e sessão de disputa).

**III - LOCAL DE ABERTURA DOS ENVELOPES:**
Departamento da Comissão Permanente de Licitação – COPEL – Rua Edigar de Deus Pitta, nº 914, antigo fórum, 1º andar, Aratu, Barreiras- Bahia.

**IV - OBJETO DA LICITAÇÃO:**
Registro de preços para contratação de empresa especializada para a aquisição de UTENSÍLIOS DE COPA\COZINHA.

**V – SECRETARIA REQUISITANTE:**
Visando atender as necessidades de todas as Secretarias que compõe a estrutura administrativa da Prefeitura deste Município de Barreiras – BA.

**VI - PRAZOS:**
**Entrega:** O prazo para entrega dos produtos será de até 10 (dez) dias, após a requisição dos mesmos, através de Solicitação de Fornecimento**.**
**Vigência:** A ata de registro de preços terá vigência de 12 (doze) meses. Os contratos oriundos das atas terão vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do mesmo.

**VII - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**
O pagamento será em até 30 (trinta) dias após a entrega do s produtos e emissão da nota fiscal que deverá ser atestada pela Secretaria solicitante.

**VIII - LOCAL DE ENTREGA:**
Os produtos deverão ser entregues no Almoxarifado da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento da Prefeitura Municipal de Barreiras, localizado, na **Rua Barão de Cotegipe, nº 273, Centro, Barreiras/BA,** ou em outro local previamente determinado pela mesma, neste mesmo Município, mediante a expedição de solicitação de fornecimento pelos Setores Competentes.

**IX - LOCAL DE RETIRADA DOS EDITAIS:**
O edital encontra-se disponível na integra no site da Prefeitura (https://portaldatransparencia.barreiras.ba.gov.br/licitacoes/) ou por e-mail licitacaobarreiras@gmail.com ou na sede da COPEL - Comissão Permanente de Licitação, situada na Rua Edigar de Deus Pitta, nº 914, antigo fórum, 1º andar, Aratu, Barreiras- Bahia, no horário das 08:00 às 12:00 horas, trazendo uma mídia para disponibilização.

**X - ANEXOS:**
**Anexo I** – Termo de Referência; **Anexo II** - Modelo de Proposta de Preços; **Anexo III** – Carta de credenciamento; **Anexo IV** – Declaração ÚNICA; **Anexo V** - Minuta da ATA; **Anexo VI –** Minuta do Contrato.

**XI – PREÇO MÁXIMO:**
**LOTE 01: R$ 81.965,30** (oitenta e um mil, novecentos e sessenta e cinco reais e trinta centavos);
**LOTE 02: R$ 75.429,25** (setenta e cinco mil, quatrocentos e vinte e nove reais e vinte e cinco centavos);
**LOTE 03: R$ 45.381,67** (quarenta e cinco mil, trezentos e oitenta e um reais e sessenta e sete centavos);
**LOTE 04: R$ 137.233,35** (cento e trinta e sete mil, duzentos e trinta e três reais e trinta e cinco centavos);
**LOTE 05: R$ 40.885,90** (quarenta mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e noventa centavos);
**LOTE 06: R$ 9.184,25** (nove mil, cento e oitenta e quatro reais e vinte e cinco centavos);
**LOTE 07: R$ 307.361,95** (trezentos e sete mil, trezentos e sessenta e um reais e noventa e cinco centavos);
**LOTE 08: R$ 20.347,05** (vinte mil, trezentos e quarenta e sete reais e cinco centavos);

**LOTE 09: R$ 18.996,60** (dezoito mil, novecentos e noventa e seis reais e sessenta centavos);
**LOTE 10: R$ 120.982,95** (cento e vinte mil, novecentos e oitenta e dois reais e noventa e cinco centavos);
**LOTE 11: R$ 33.897,50** (trinta e três mil, oitocentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos);

**O MUNICÍPIO DE BARREIRAS, através da COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO- COPEL,** designada pela Portaria nº 536/2021, torna público para conhecimento dos interessados que serão recebidas propostas de preços e documentos de habilitação para a licitação na modalidade descrita acima, conforme as cláusulas e condições a seguir estipuladas e minuta do contrato, em anexo.

**1. REGÊNCIA LEGAL**

1.1 Lei n. º 10.520/02;
1.2 Lei nº 8.666/93, subsidiariamente;
1.3 Lei complementar nº 123/2006.

**2. TIPO/ REGIME/ CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

2.1 Menor preço.
2.2 Entrega parcelada.
2.3 Empreitada por preço global.
2.4 Por LOTE.

**3. OBJETO**

3.1 Indicado no campo IV - Dados do Edital;

3.2 A Contratada obriga-se a aceitar, quando solicitado pela Contratante, nas mesmas condições e dentro do prazo contratual estabelecido, os acréscimos de até 25% (vinte e cinco por cento) nos serviços contratados e as supressões resultantes de acordo celebrado entre as contratantes, conforme estabelece o § 1º do art. 65 da Lei Federal n.º 8666/93.

**4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência da Comissão de Registro de Preços, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013 e alterando-se conforme Decreto nº 9.488, de 2018 e ao Decreto Municipal nº 38/2017.

4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (Cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, conforme condições previstas no Decreto Federal nº 9.488/2018.

4.4. O instrumento convocatório deverá prever que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

4.5. Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

4.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata e os seguintes procedimentos:

4.6.1 - Memorando solicitando autorização ao titular da pasta, para carona;
4.6.2 - Realização de pesquisa mercadológica, pelo órgão requisitante;
4.6.3 - Solicitação da concordância do fornecedor, pelo órgão requisitante;
4.6.4 - Resposta do fornecedor e do órgão detentor da ata de registro de preços;

4.6.5 - Envio do processo à SEMAP para registro na CRP.

**5. CONSULTAS, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES DO EDITAL.**

5.1 Os pedidos de esclarecimentos referentes ao presente edital deverão ser enviadas ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio do endereço eletrônico licitacaobarreiras@gmail.com ou ser protocolizada(s) na Comissão de Licitação, localizada na Rua Edigar de Deus Pitta, nº 914, antigo fórum, 1º andar, Aratu, Barreiras- Bahia, no horário de 08:00 às 12:00 horas.

5.2 Em até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes das propostas, qualquer cidadão ou licitante poderá impugnar o instrumento convocatório do Pregão, devendo protocolizada(s) na Comissão de Licitação, localizada na Rua Edigar de Deus Pitta, nº 914, antigo fórum, 1º andar, Aratu, Barreiras- Bahia, no horário de 08:00 às 12:00 horas. A inobservância do prazo legal citado, decairá o direito de impugnar os termos do edital, conforme dispões o artigo 41, § 2º da Lei Federal nº 8666/93.

5.3 Caberá ao Pregoeiro e a equipe de apoio decidir sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do seu recebimento.

5.4 Quando o pedido de **impugnação** ou de **esclarecimento** tratar-se especificamente de temas alheios a competência do Pregoeiro, ou seja, temas quanto às especificações técnicas ou vinculados ao termo de referência, este poderá encaminhar o referido pedido ao órgão de origem para que o mesmo se pronuncie acerca do questionamento, cabendo o órgão respondê-lo no prazo preestabelecido. Caso não o faça, o certame será adiado ***Sine-Di,*** até que os questionamentos sejam sanados.

5.5 Acolhido o pedido de impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

5.6 O Município não se responsabilizará pelas impugnações e pedidos de esclarecimentos que forem apresentados em endereços diversos dos indicados no subitens 5.1 e 5.2 deste edital, e que por esta razão não foram apresentados dentro do prazo legal.

**6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

6.1 Poderão participar desta licitação, empresas cujo ramo de atividade esteja compatível com o objeto deste Pregão Presencial.

6.2 Será vedada a participação de licitantes nas seguintes situações:

6.2.1 Declaradas inidôneas por ato do Poder Público;

6.2.2 Estiverem sob processo de falência ou concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação judicial ou extrajudicial (declaração do órgão competente);

6.2.3 Estiverem impedidas de licitar ou contratar com a Prefeitura Municipal de Barreiras;

6.2.4 Reunidas em consórcio.

6.2.5 Estejam cumprindo penalidade imposta por qualquer órgão da Administração Pública, nas hipóteses previstas no art. 88 da Lei 8.666/93;

6.2.6 Enquadrados nas hipóteses previstas nos incisos I, II e III do art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93;

6.2.7 Tenham funcionário ou membro da Administração Municipal, mesmo subcontratado, como dirigente, acionista, detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, controlador ou responsável técnico, consoante o art. 9º da Lei 8.666/93.

**7. CREDENCIAMENTO**

7.1 No horário e local indicados no preâmbulo, será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame. Para tanto, será indispensável à apresentação dos seguintes documentos:

a) Cédula de identidade ou documento original com foto do(s) sócio(s) da empresa;
b) Registro comercial, no caso de empresa individual;

c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor com todas as alterações, ou contrato social consolidado devidamente registrado no órgão competente. Neste último caso quaisquer alterações após a consolidação deverá ser apresentada;

d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

e) Tratando-se de procurador, além dos itens correspondentes acima deverá apresentar também o instrumento de Procuração Público ou Particular ou Carta de Credenciamento (Anexo III) com firma reconhecida e autenticada em cartório, no qual conste poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor e desistir da interposição de recursos e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame. Caso a procuração seja particular, deverá estar acompanhada de documento comprobatório dos poderes do outorgante.

f) DECLARAÇÃO ÚNICA, conforme modelo do anexo IV.

7.2 Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada.

7.3 Os documentos de credenciamento poderão ser apresentados em original, cópia autenticada por cartório competente ou por servidor membro da Comissão, mediante apresentação dos originais para conferência. **A documentação de credenciamento passará a compor o processo administrativo.**

7.4 O representante legal do licitante que não se credenciar perante o Pregoeiro ficará impedido de participar da fase de lances verbais, de negociação de preços, de declarar a intenção de interpor recurso, de renunciar ao direito de interposição de recursos, enfim, para representar o licitante durante a reunião de abertura dos envelopes "Proposta" ou "Documentação" relativa a este Pregão.

7.4.1 Neste caso, o licitante **ficará excluído da etapa de lances verbais e mantido o seu preço apresentado na proposta escrita**, para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço.

7.5 Será admitida a participação de empresa através de documentos postados, sem a presença física do representante legal à sessão. Estes documentos deverão ser postados com antecedência e sua chegada deverá ocorrer antes da finalização do credenciamento.

7.5.1 O não comparecimento do licitante impossibilitará a empresa de participar das fases de formulação de ofertas e lances verbais, de negociação de preços, de interposição de Recursos e de renunciar ao seu direito, ficando mantido o seu preço apresentado na proposta escrita.

7.6 Uma vez entregue todas as credenciais, **que não devem constar nos envelopes "A" - Proposta de Preços e "B" - Habilitação**, não será permitida a participação dos licitantes retardatários, salvo se com isso os presentes concordarem, expressamente e em unanimidade, devendo essa circunstância ficar consignada na Ata da Sessão.

7.7 A ausência do representante do licitante, em qualquer momento da sessão, será considerada como ausência de lances gerando a preclusão do recurso.

**8. DA COTA PRINCIPAL E DA COTA RESERVADA – APLICAÇÃO DA LC 123/06 ALTERADA PELA LC 147/2014 - DA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME e EPP.**

8.1 Os **LOTES 01, 02, 04, 07, 10 (COTA PRINCIPAL)**, é destinado à participação ampla dos interessados que atendam aos requisitos deste edital, inclusive aos que se enquadrem na condição de Microempresa - E ou Empresa de Pequeno Porte – EPP (com os benefícios previstos na LC 123/06);

8.2 Nos termos do inciso III do art. 48 da Lei Complementar n. 123/2006 (alterada pela LC n. 147/2014), os **LOTES 03, 05, 06, 08, 09 e 11 (COTA RESERVADA)** é para participação exclusiva apenas de ME e EPP.

8.3 Para tanto, as empresas enquadradas nas situações acima referenciadas, deverão apresentar a declaração de ME ou EPP, incidindo em penalidades a falsa declaração.

8.4 Não havendo vencedor da cota reservada para ME e EPP, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal, ou diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratique(m) o preço do primeiro colocado.

**9. APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES**

9.1 Os documentos de **PROPOSTA DE PREÇOS** e **HABILITAÇÃO**, depois de ordenados na sequência estabelecida neste Edital, serão apresentados em 02 (dois) envelopes lacrados, os quais deverão conter no anverso:

**9.1.1 ENVELOPE "A" - Proposta de Preços**
Número do Pregão Presencial;
Objeto;

Nome do licitante.

**9.1.2 ENVELOPE "B" - Habilitação**
Número do Pregão Presencial;
Objeto;
Nome do licitante.

**9.2 Os envelopes "A" - PROPOSTA DE PREÇOS e "B" - HABILITAÇÃO para esta licitação só serão recebidos pelo Pregoeiro na data, horário e local indicados nos campos II e III – Dados do Edital, em sessão pública.**

9.3 A inversão do conteúdo dos envelopes acarretará a inabilitação ou desclassificação do licitante.

9.4 Em hipótese alguma, nem sob qualquer alegação, será concedido prazo para apresentação ou complementação dos documentos exigidos para a Habilitação.

9.5 Os documentos exigidos nesta licitação poderão ser apresentados em original, ou por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório competente ou pelos membros da Comissão, **até 02 (dois) dias úteis antes da data da abertura dos envelopes**, exceto para os documentos de credenciamento que poderão ser autenticados no dia da sessão, mediante apresentação dos originais.

9.5.1 As fotocópias dos documentos de habilitação serão autenticadas, a partir do original, pela Comissão **até 02 (dois) dias úteis antes da data da abertura dos envelopes.**

9.5.2 Somente serão autenticadas pela Comissão fotocópias que possam ser conferidas com o documento original.

9.6 Os documentos extraídos via Internet e/ou os que possam ter sua autenticidade comprovada pela Internet, encontram-se dispensados de apresentação em original ou fotocópia autenticada e somente serão considerados válidos após a confirmação da autenticidade dos dados por servidor municipal no endereço oficial (site) do órgão emitente.

9.7 Caso exista algum fato que impeça a participação de qualquer licitante, ou o mesmo tenha sido declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, este fica impedido de participar da presente licitação, correspondendo a simples apresentação da proposta a indicação por parte do licitante de que inexistem fatos que impeçam a sua participação na presente licitação eximindo assim o Pregoeiro do disposto no Artigo 97 da Lei Federal 8.666/93.

**10. ENVELOPE "A" - PROPOSTA DE PREÇOS**

10.1 Os elementos do ENVELOPE "A" serão devidamente preenchidos por meio mecânico ou informatizado, em papel timbrado do licitante, numerados, carimbados e rubricados, sem emendas e/ou rasuras, contendo:

10.1.1 Preço unitário e total de cada objeto licitado, conforme modelo anexo. O valor total do serviço deverá ser expresso em real, de forma numérica e por extenso;

10.1.1.1 Na hipótese de haver divergência entre o valor expresso numericamente e por extenso, será considerado o valor por extenso e, não havendo uma das duas expressões, será considerado a que estiver presente na proposta.

10.1.2 Prazo de validade da Proposta de Preços de 60 (sessenta) dias a contar da data de abertura do Envelope "A", excluindo os prazos de recursos administrativos;

10.1.3 Prazo de execução dos serviços, conforme indicado no campo VI – Dados do Edital;

10.1.4 A proposta de preços deve ser apresentada em formulário impresso, conforme modelo do Anexo II.

10.1.5 Preço fixo e irreajustável, com no máximo 02 (duas) casas decimais.

10.1.6 A licitante deverá indicar marca única do produto ofertado.

10.2 Os preços são fixos e irreajustáveis, incluindo todas as despesas tais como, entre outras, as correspondentes à mão-de-obra, aquisição e transportes de materiais, máquinas e equipamentos, tributos (impostos, taxas, contribuições fiscais e parafiscais), emolumentos, seguros, inclusive contra acidentes de trabalho, encargos sociais e trabalhistas de qualquer natureza.

10.3 Para os elementos do Envelope "A", fica dispensada a autenticação das fotocópias.

10.4 Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

10.5 A falta de data e/ou rubrica na Proposta de Preços, somente poderá ser suprida pelo representante presente à reunião de abertura dos Envelopes "A".

10.6 A falta de indicação, na Proposta de Preços, dos dados aos quais se referem os subitens 10.1.2 e 10.1.3, implicará na aceitação das condições deste Edital.

**11. ENVELOPE "B" - HABILITAÇÃO**

11.1 Os elementos do ENVELOPE "B" serão apresentados, de preferência, encabeçados por índice, relacionando todos os documentos e as folhas em que se encontram, de forma a permitir maior rapidez na conferência e exame correspondentes, conforme relação a seguir:

11.1.1 **Habilitação Jurídica**

a) Cédula de identidade ou documento original com foto do(s) sócio(s) da empresa;

b) Registro comercial, no caso de empresa individual;

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

d) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor com todas as alterações, ou contrato social consolidado devidamente registrado no órgão competente. Neste último caso quaisquer alterações após a consolidação deverá ser apresentada;

e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

f) Em relação aos supracitados documentos das alíneas "a", "b", "c", "d" e "e" no caso de apresentação pelas licitantes durante a fase de credenciamento, estarão dispensados de constar tais documentos na habilitação jurídica.

11.1.2 **Regularidade Fiscal e Trabalhista**

a) Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.

b) Prova de Regularidade com a Dívida Ativa da União e Seguridade Social; mediante apresentação de Certidão Conjunta de Negativa de Débitos, relativos a tributos federais e à Dívida Ativa da União e Seguridade Social (INSS);

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Pública Estadual e Municipal da sede do licitante;

d) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação de Certificado de Regularidade da Situação/CRF.

e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão (Lei 12.440/11).

11.1.2.1 A comprovação da regularidade fiscal deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativas.

**11.1.3 Qualificação Econômico-Financeira**

11.1.3.1 Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de **90 (noventa) dias** contados da data da sua apresentação;

11.1.3.2 Prova de que possui, até a data da apresentação da proposta deste Edital, **Capital Social** ou **Patrimônio Líquido correspondente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou item pertinente**, comprovado através do Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social ou Certidão emitida pela Junta Comercial.

11.1.4 **Qualificação Técnica**

11.1.4.1 Comprovação através de certidão (ões) e/ou atestado(s) emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidade e prazo com o objeto da licitação;

11.1.4.1.1 Não serão aceitos atestados emitidos pelo licitante em seu próprio nome, nem algum outro que não tenha originado de contratação;

11.1.4.1.2 Os atestados ou declarações de capacidade técnica apresentados pelo licitante devem comprovar aptidão para desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em características, quantitativo e prazos com o objeto de que se trata o processo licitatório;

11.1.4.1.3 O licitante deverá apresentar cópia do contrato que deu suporte à contratação, ou notas fiscais, ou documento comprobatório da execução do fornecimento do atestado apresentado.

11.1.4.2 O(s) Atestado(s) e/ou Certidão(ões) apresentada(s) poderá(ão) ser diligenciado(s) de acordo com o parágrafo 3º do art. 43, da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

**11.1.5 Outros Documentos/Informações**

11.1.5.1. Certidão da Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica, referente ao TCU - Inidôneos - Licitantes Inidôneos; CNJ - CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade; Portal de Transparência - CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas, através do site (https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/), conforme artigos 22 e 23 da Lei Federal nº 12.846/13(Lei anticorrupção).

11.1.5.2 Na hipótese de existir(em) certidão(ões) vencidas, sua validade poderá ser consultada na internet quando da sessão de abertura de envelopes.

11.1.5.3 A existência de restrição na comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte sujeitas ao regime da Lei Complementar nº 123/06 não implica a inabilitação automática das mesmas.

## 12. ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS DE PREÇO

12.1 Não serão aceitas Propostas de Preços que não estejam de acordo com as condições deste Edital e especificação do objeto ou que contenham emendas, rasuras ou entrelinhas.

12.2 Não serão aceitas Propostas de Preços que ofereçam vantagens não previstas neste Edital, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes.

12.3 Não serão aceitas Propostas de Preço que apresentarem preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que este Pregão não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

12.4 O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal desta Secretaria ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ela, para orientar sua decisão.

12.5 Ao Pregoeiro caberá o julgamento da obediência às condições, dúvidas ou omissões deste Edital.

## 13. PROCEDIMENTO E FORMULAÇÃO DE LANCE

### 13.1 FASE INICIAL

13.1.1 Iniciada a sessão pública do pregão, o representante do licitante efetuará o seu credenciamento, comprovando que possui os necessários poderes para formulação de propostas, lances, negociação e para a prática dos demais atos inerentes ao certame.

13.1.2 Uma vez entregue todas as credenciais, que não devem constar dos envelopes A e B, não será permitida a participação dos licitantes retardatários, salvo se com isso, os presentes concordarem, expressamente e em unanimidade, devendo essa circunstância ficar consignada na Ata da Sessão.

13.1.3 Concluída a fase de credenciamento, o Pregoeiro solicitará o **Envelope A - Propostas de Preços** e o **Envelope B – Habilitação**, não cabendo após esse momento desistência da proposta.

13.1.4 Após essa fase, o pregoeiro e equipe de apoio procederão à abertura dos **Envelopes A,** conferindo e examinando as propostas nele contidas, bem como a sua regularidade.

13.1.5 O pregoeiro, após o exame e conferência das propostas, classificará a de menor preço e aquelas que tenham apresentado valores sucessivos em até 10% (dez por cento) superiores ao mesmo.

13.1.6 Quando não forem verificadas, no mínimo, 03 (três) propostas de preços escritas nas condições definidas no item anterior, o pregoeiro classificará as propostas subsequentes de menor preço, até o máximo de 03 (três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

13.1.7 No caso de empate entre duas ou mais propostas, o pregoeiro selecionará todas as propostas em condições de igualdade para a etapa competitiva de lances verbais.

13.1.7.1 Nesse caso, será efetuado sorteio para definir a ordem de classificação das propostas para formulação dos lances verbais.

13.1.7.2 Sempre que houver sorteio, este constará da ata de forma circunstanciada.

13.1.8 Havendo apenas uma proposta, desde que atenda a todas as condições do edital e esteja compatível com o valor estimado pelo órgão, esta poderá ser aceita, devendo o pregoeiro negociar, visando obter melhor preço.

13.1.9 Quando todas as propostas escritas forem desclassificadas, o pregoeiro suspenderá o pregão e estabelecerá uma nova data, com prazo de até 08 (oito) dias, para o recebimento de novas propostas.

**13.2 ETAPA COMPETITIVA DE LANCES VERBAIS**

13.2.1 Após a classificação das propostas, será dado início a etapa de apresentação de lances verbais pelos proponentes selecionados, que deverão, de forma sucessiva e distinta, apresentar seus lances, a começar com o autor da proposta de maior preço e seguido dos demais, em ordem decrescente, até que todos os licitantes declinem da formulação de lances.

13.2.2 Os lances formulados deverão indicar **preço POR LOTE.**

13.2.3 Somente serão admitidos lances verbais em valores inferiores aos anteriormente propostos e que não poderá ser igual a outro lance já ofertado.

13.2.3.1 Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes inferiores à proposta de menor preço e o pregoeiro poderá estabelecer uma redução mínima entre os lances no curso do procedimento, após cada rodada de lances.

13.2.4 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances e na manutenção do último preço apresentado pelo mesmo, para efeito de ordenação das propostas.

13.2.5 Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço escrita e o valor estimado pelo setor competente.

13.2.6 Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira oferta classificada quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

13.2.7 Em caso de empate ficto, será assegurada, nos termos da Lei complementar nº 123/06, a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte beneficiárias do regime diferenciado e favorecido, nos termos que se seguem:

13.2.7.1 Entende-se por *empate ficto* as situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam de até 5% (cinco por cento) superiores à proposta melhor classificada.

13.2.7.2 Nesta hipótese, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

13.2.7.2.1 O direito a ofertar proposta de preço inferior somente será deferido às microempresas e empresas de pequeno porte que estejam presentes na sessão e deverá ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

13.2.7.3 No caso em que a "ME" ou "EPP" melhor classificada declinar do direito de manifestar seu lance no **prazo de 5 (cinco) minutos**, o Pregoeiro convocará a(s) remanescente(s) que porventura se enquadre(m) no intervalo dos 5% (cinco por cento), por ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito.

13.2.7.4 Na hipótese da não classificação de "ME" ou "EPP", voltará à condição de primeira classificada a empresa autora da proposta de menor preço originalmente apresentada na disputa de lances.

13.2.8 Sendo aceitável a proposta de menor preço, o pregoeiro dará início à fase de habilitação com a abertura do **Envelope B**, contendo a documentação do proponente da melhor oferta, conferindo as suas condições de habilitação.

13.2.9 Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, o licitante habilitado será declarado vencedor.

13.2.10 Se a oferta não for aceita ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a oferta subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta que atenda às condições estabelecidas neste edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

13.2.11 A existência de restrição na comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte sujeitas ao regime da Lei Complementar nº 123/06 não implica a inabilitação automática do licitante.

13.2.11.1 Às microempresas e empresas de pequeno porte beneficiárias do regime diferenciado e favorecido da Lei Complementar nº 123/06, quando do envio dos documentos de habilitação e que possuam alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o licitante for comunicado da irregularidade existente, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

13.2.11.2 A não-regularização da documentação no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 6.148/2002, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, assegurando-se às microempresas e empresas de pequeno porte em situação de empate o exercício do direito de preferência.

13.2.12 Caso não se realizem lances verbais e o licitante que ofertou o menor preço em sua proposta escrita foi desclassificado ou posteriormente inabilitado, o pregoeiro deverá restabelecer a etapa competitiva de lances entre os licitantes remanescentes, obedecendo aos critérios anteriormente definidos neste Edital.

13.2.13 O pregoeiro, juntamente com a equipe de apoio, lavrará ata circunstanciada da sessão, na qual serão registrados, dentre outros, os seguintes elementos: os licitantes credenciados; as propostas escritas e os lances verbais apresentados, na ordem de classificação; a análise da documentação exigida para habilitação; as manifestações dos recursos interpostos e demais ocorrências relevantes, devendo ser assinada por todos os presentes.

13.2.14 O licitante vencedor obriga-se a fornecer, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data da abertura da proposta, nova Proposta de Preços com os devidos preços unitários e totais igual ou imediatamente inferior ao lance ofertado na sessão, devendo estes guardar compatibilidade e proporcionalidade com a proposta escrita.

## 14. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

14.1 O critério de julgamento será o de menor preço POR LOTE.

14.2 Serão desclassificadas as Propostas de Preços que não atenderem as exigências deste edital e/ou consignarem preços inexequíveis ou superfaturados, assim considerados aqueles incoerentes com os praticados pelo mercado, para execução do objeto do contrato.

14.3 Na hipótese da constatação de erros de somas e/ou produtos nas planilhas apresentadas, o Pregoeiro procederá à correção dos cálculos, adotando os preços unitários do licitante e os quantitativos da planilha da estimada pela Administração, passando o resultado a ser o novo preço global da Proposta de Preços.

14.4 Na hipótese de divergência entre os quantitativos na planilha da licitante em relação à planilha do setor competente, o licitante será desclassificado.

14.5 Havendo discordância entre os valores em algarismos e por extenso e/ou constatação de erros de somas e/ou produtos nas planilhas apresentadas, o Pregoeiro deverá considerar os valores por extenso e procederá à correção dos cálculos, passando o resultado a ser o novo preço global da Proposta de Preços.

14.6 Poderão ser convocados técnicos da Administração Municipal, para emissão de parecer técnico que versem sobre a avaliação de amostras, catálogos, projetos gerais que envolvam critérios para avaliações ponderadas, quando o objeto da licitação assim exigir.

14.7 O pregoeiro poderá, a juízo da autoridade competente, desclassificar qualquer licitante, se tiver conhecimento de fato anterior, no curso, ou posterior ao julgamento da licitação, que denuncie dolo ou má-fé, ou que comprometa a capacidade ou idoneidade administrativa, técnica ou financeira da licitante, garantida a prévia defesa, disso não resultando para a mesma, direito a qualquer ressarcimento ou indenização.

14.8 Não será causa de desclassificação a irregularidade formal que não afete o conteúdo das propostas ou não impeçam o seu entendimento e que não comprometam os interesses da Administração.

14.9 As normas que disciplinam esse Pregão serão sempre interpretadas em favor da disputa entre os interessados, sem comprometimento à segurança do futuro contrato.

14.10 A não cotação de qualquer item pertencente a um lote ensejará a desclassificação do licitante no respectivo lote.

14.11 É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

**15. RECURSOS**

15.1 Ao final da sessão, depois de declarado o(s) vencedor(es), qualquer licitante poderá manifestar motivadamente sua intenção de interpor recurso, quando lhe será concedido o prazo de **03 (três) dias úteis** para apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões, em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

15.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, importará na decadência desse direito.

15.3 As razões do recurso deverão serem protocolizadas **na Comissão de Licitação desta Prefeitura, localizado na Rua Edigar de Deus Pitta, nº 914, antigo fórum, 1º andar, Aratu, Barreiras- Bahia, no horário de expediente do Setor das 08:00 às 12:00 horas.**

15.4 Ser apresentado em uma via original, contendo razão social, CNPJ e endereço, rubricado em todas as folhas e assinado pelo representante legal ou credenciado do licitante, devidamente comprovado.

15.5 Recebido o recurso dentro do prazo estabelecido, após análise das razões o Pregoeiro poderá reconsiderar sua decisão. Contudo, se razões tratarem de matérias técnicas o recurso será encaminhado à autoridade competente para manifestação, a fim de subsidiar o Pregoeiro na sua decisão.

15.6 O acolhimento do recurso importará a invalidação apensa dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

15.7 Os recursos serão apreciados no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

15.8 A decisão acerca do recurso interposto será comunicada a todos os licitantes por meio de publicação no Diário Oficial do Município de Barreiras.

15.9 Não serão apreciados os recursos e as contrarrazões que forem apresentados fora do prazo fixado no subitem 15.1 deste edital, bem como se forem subscritos por representante que não comprove poder de representação legal.

15.10 O Município não se responsabilizará pelos recursos e contrarrazões que forem apresentados em endereço diverso do indicado no subitem 14.3 deste edital, e que por esta razão não foram apresentados dentro do prazo legal.

**16. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

16.1 Concluído o processo, o Pregoeiro adjudicará o objeto ao licitante vencedor, desde que não tenha havido recurso.

16.2 O Pregoeiro apresentará ao Prefeito municipal todo o processo de licitação, contendo parecer conclusivo para fins de homologação e quando houver recurso para fins de homologação e adjudicação.

**17. CONTRATAÇÃO**

17.1 Se, por ocasião da formalização do contrato, as certidões de regularidade de débito da Adjudicatária perante a Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a Justiça do Trabalho (CNDT) e as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, estiverem com prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

17.2 Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações a Adjudicatária será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade de que trata o subitem 16.1, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

**18. PRAZOS E CONDIÇÕES DE ATENDIMENTO**

18.1 Indicado no campo VI - Resumo do Edital.

**19. CONDIÇÃO DE PAGAMENTO**

19.1 As notas fiscais deverão ser entregues ao Setor de Compras da Secretaria de Administração referente aos produtos que forem requisitados, para controle e processo de pagamento;

19.2. O pagamento será em até 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos e emissão da nota fiscal que deverá ser atestada pela Secretaria solicitante.

I - Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei n.º 8.036/90);
II - Certidão de Regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
III - Prova de regularidade com a da Fazenda Federal por meio de Certidão Conjunto de débitos relativo aos tributos federais e a Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério Fazenda/Secretaria da Receita Federal do Brasil;
IV - Prova de regularidade relativa a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa que poderá ser obtida no site www.tst.jus.br/certidão;

19.3. Caso a Contratada não obedeça às condições estabelecidas no item anterior, a nota fiscal será passível de devolução, obrigando-se a empresa a emitir nova (s) nota (s), que somente será (ão) recebida (as) pela Contratante, mediante a anexação das certidões.

**20. DO REAJUSTAMENTO**

20.1 Será reajustado o contrato, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data da proposta, adotando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor amplo Especial (IPCA-E) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ou outro índice que venha a substituí-lo.

**21. SANÇÕES**

21.1 Ficará impedido de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Termo de Referência, edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n 8.666/93, no que couber garantido o direito prévio da ampla defesa, a licitante que:

a) Deixar de entregar a documentação exigida no Edital;
b) No prazo determinado, não retirar a Nota Fiscal.
c) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
d) Ensejar o retardamento da execução do objeto do Termo;
e) Não mantiver a proposta, injustificadamente;
f) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
g) Comportar-se de modo inidôneo;
h) Cometer fraude fiscal.

21.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto do Termo, a Administração da Prefeitura Municipal de Barreiras, poderá garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as seguintes sanções:

a) Advertência;
b) Multa moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso na execução do contrato, tomando por base o valor do respectivo lote;
c) Multa de 2% (dois por cento) a partir do 16º (decimo sexto) dia, até o 30º dia de atraso;
d) Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do respectivo lote;
e) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com Administração por período não superior a 2 (dois) anos;
f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com Administração Pública.

21.3. O atraso injustificado na execução do contrato, por período superior a 30 (trinta) dias, poderá ensejar a rescisão do contrato.

21.4. As multas aplicadas serão descontadas dos créditos da contratada ou, na impossibilidade, recolhida no prazo de até 15 (quinze) dias, da data da comunicação oficial e, caso não cumprida, serão cobradas judicialmente.

21.5. Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das penalidades previstas nos 21.2 e 21.3, alíneas “b”, “c”, “d”, “e” e “f.

21.6. Da aplicação das penalidades previstas nos itens 21.1 e 21.2 caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação, que será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato, a qual poderá reconsiderar a sua decisão, ou, faze-lo subir devidamente informado.

21.7. As sanções previstas no item 21.2, alíneas “b”, “c” e “d”, poderão ser aplicadas conjuntamente com as demais penalidades previstas no Termo de Referência.

**21. ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO**

21.1 Esta licitação poderá ser revogada por interesse da Administração decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulada por vício ou ilegalidade, sem que as licitantes tenham direito a qualquer indenização, à exceção do disposto no art. 59 da Lei 8.666/93, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**22. INFORMAÇÃO E ESCLARECIMENTO ADICIONAIS**

22.1 As propostas de preços readequadas e qualquer correspondência referente a este Pregão deverão ser encaminhados à Comissão Permanente de Licitação, na Rua Edigar de Deus Pitta, nº 914, antigo fórum, 1º andar, Aratu, Barreiras- Bahia.

**23. DISPOSIÇÕES GERAIS**

23.1 Na hipótese de impossibilidade superveniente para a realização desta licitação na data prevista, e não havendo retificação de convocação, a mesma será realizada no primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e horário, mantidas as demais condições deste Edital.

23.2 É facultado à Comissão, adiar a data da abertura dos envelopes desta licitação, dando conhecimento aos licitantes, através de fax ou e-mail, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data inicialmente marcada.

23.3 A apresentação dos envelopes a esta licitação implica na aceitação integral e irretratável das condições deste Edital.

23.4 Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Comissão que deverá valer-se das disposições legais em vigor, aplicáveis ao assunto. Ao Município de Barreiras reservam-se prerrogativas de reexame da matéria, a seu critério, desde que tal se justifique ou recomende.

23.5 O licitante vencedor obriga-se a prestar os serviços estritamente de acordo com as especificações descritas neste Edital, sendo de sua inteira responsabilidade a reposição do serviço que venha a ser constatado não estar em conformidade com as referidas especificações nos termos do art. 69 da Lei 8.666/93.

23.6 Fica estabelecido que a CONTRATADA não transferirá ou subcontratará, no todo ou em parte sem previa e expressa anuência da **CONTRATANTE**.

23.7 Em casos de equívocos de digitação no texto do presente edital ou em seus anexos, será publicado um adendo retificador e/ou esclarecedor, contendo as devidas correções para melhor compreensão dos licitantes, evitando possíveis desentendimentos.

**24. FORO**

24.1 Fica designado o foro da Comarca de Barreiras, Estado da Bahia - Brasil, para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital

**25. ANEXOS DO EDITAL**

25.1 Indicados no campo XI – Dados do Edital.

**André Avelino de Oliveira Neto**
PREGOEIRO

**ANEXO I**
**TERMO DE REFERÊNCIA**

## 1. OBJETO

**1.1**. Registro de preços para contratação de empresa especializada para a aquisição de UTENSÍLIOS DE COPA\COZINHA, visando atender as necessidades de todas as Secretarias que compõe a estrutura administrativa da Prefeitura deste Município de Barreiras – BA, conforme especificado neste Termo de Referência – ANEXO I.

## 2. FUNDAMENTO LEGAL E MODALIDADE LICITATÓRIA

**2.1**. O objeto a ser contratado se trata de bem comum, categoria de que tratam a Lei nº 10.520/2002, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas, usualmente encontrados no mercado, podendo, portanto, ser licitado por meio da modalidade P**REGÃO PRESENCIAL para REGISTRO DE PREÇOS, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE**. A aquisição do referido objeto respalda-se, ainda, nos termos do artigo 15, inciso II, da Lei 8.666/93 e alterações, regulamentado pelo Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, Decreto Municipal nº 38, de 20 de Março de 2017 que regulamenta o Sistema de Registro de Preços, Lei Complementar 123/2006, de 17/07/2002, Decreto 8.538 de 06/10/15 e nas demais disposições legais, normativas e regulamentares indicadas no presente Termo de Referência e no Edital.

## 3. JUSTIFICATIVA

**3.1**. A necessidade da aquisição de utensílios de copa/cozinha se faz necessário para atender as demandas de todas as Secretarias Municipais, dos serviços de copa e cozinha das Escolas, Creches, Hospitais, Unidades da Assistência Social e também nas salas de cada Setor, onde são servidos diariamente, café, chá, água e etc, para os servidores públicos, visitantes e colaboradores, proporcionando maior eficácia no desempenho das atividades rotineiras desses órgãos/setores da Administração Pública.

**3.2**. O critério de escolha para a realização do certame licitatório por Sistema de Registro de Preços fora adotado com o objetivo de obter maior economicidade, eficiência, celeridade nos procedimentos e o atendimento irrestrito aos interesses coletivos e aos princípios norteadores da atividade administrativa.

**3.3**. Sendo assim, chegou-se aos tipos de itens e quantidades constantes na planilha em anexo.

## 4. DO PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA/RECEBIMENTO

**4.1.** Os produtos deverão ser entregues no Almoxarifado da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento da Prefeitura Municipal de Barreiras, localizado, na **Rua Barão de Cotegipe, nº 273, Centro, Barreiras/BA,** ou em outro local previamente determinado pela mesma, neste mesmo Município, mediante a expedição de solicitação de fornecimento pelos Setores Competentes;

**4.2**. A entrega será por solicitação, conforme a necessidade de cada Secretaria, que deverá ser formalizada pelo Setor de compras deste Município;

**4.3.** Nos preços unitários propostos deverão estar inclusos todas as despesas para sua entrega como frete, impostos, taxas etc.

**4.4.** O prazo para entrega dos produtos será de até 10 (dez) dias, após a requisição dos mesmos, através de Solicitação de Fornecimento;

**4.5**. No ato da entrega dos produtos, as Notas Fiscais devem conter as quantidades e especificações de todos os itens fornecidos;

**4.6**. O transporte dos utensílios deverá ser realizado em veículo adequado que garanta a qualidade e integridade dos mesmos, sendo todos entregues em perfeito estado;

**4.7**. A Contratada obrigar-se-á a substituir, sem ônus para a Contratante, o produto entregue avariado ou impróprio ao uso a que se destina;

**4.8**. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que determinado produto foi entregue em desacordo com a proposta, com defeito, fora da especificação ou incompleto, a empresa Contratada será notificada, não será emitido o Termo de Aceitação e o pagamento será suspenso até que a situação seja regularizada;

**4.9**. Todas as despesas de transporte, tributos, frete, carregamento, descarregamento, encargos trabalhistas e previdenciários e outros custos decorrentes direta e indiretamente do fornecimento do objeto da licitação, correrão por conta exclusiva da Contratada;

**4.10**. Qualquer produto será recusado inteiramente nas seguintes condições:

**4.10.1**. Caso seja entregue em desconformidade com as especificações do objeto, constante neste termo de referência e da proposta vencedora;

**4.10.2**. Caso seja detectado que qualquer componente adquirido não seja novo;

**4.10.3.** Caso apresente defeitos, em qualquer de suas partes ou componentes;

**4.11**. Nos casos de recusa do produto, a empresa contratada terá o prazo de 10 (dez) dias para providenciar a sua substituição, contados a partir da comunicação oficial feita pela Secretaria solicitante;

**4.12**. Quando da entrega dos produtos pelo fornecedor juntamente com a nota fiscal, a seção de material fará o seu recebimento provisório, ocasião em que serão conferidos apenas a quantidade e a qualidade dos volumes entregues;

**4.13**. O recebimento definitivo dos produtos dependerá da verificação de sua conformidade com as especificações.

## 5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

**5.1.** A CONTRATADA obriga-se a observar as especificações a serem executadas constantes na planilha descritiva neste Termo de Referência;

**5.2.** Dar integral cumprimento a sua proposta;

**5.3.** Fornecer os produtos de primeira qualidade e de acordo com as especificações e condições adequadas para seu uso, entregando-o no endereço indicado;

**5.4.** Zelar para que seus empregados utilizados na entrega dos produtos estejam devidamente credenciados, portando cartão de identificação;

**5.5.** Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, inclusive os que resultarem, direta ou indiretamente, de atos ou omissões de seus empregados ou prepostos, a qualquer título, às instalações, patrimônio e pessoal da administração pública, reparando os danos eventualmente causados, procedendo, imediatamente, o respectivo reembolso;

**5.6.** Prestar, sempre que consultada, todos os esclarecimentos solicitados pela Contratante, atendendo pronta e imediatamente às reclamações que porventura lhes forem apresentadas;

**5.7.** Atender às demandas da Contratante na exata medida de suas necessidades, garantindo a entrega dos produtos solicitados;

**5.8.** Responsabilizar-se pelo transporte dos produtos adquiridos, bem como por todo e qualquer dano que venha a ocorrer provenientes do transporte dos mesmos;

**5.9.** Manter, durante a vigência do contrato, endereço e telefone para contato permanentemente atualizados;

**5.10**. Entregar os produtos solicitados nas quantidades e qualidade informadas, atendendo às especificações técnicas;

**5.11**. Proceder às substituições, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, dos produtos que não atendam às especificações descritas neste Termo de Referência, bem como daqueles que contenham erros de dados que foram observados por ocasião de análise da Contratante, no prazo informado, contadas a partir da notificação da recusa do produto defeituoso;

**5.12**. Assumir inteira responsabilidade pelos produtos contratados, não podendo transferi-los a outrem, no todo ou em parte;

**5.13**. Comunicar à Contratante, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

**5.14**. Responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais;

**5.15**. Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação: prova de regularidade com relação à Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União do domicílio ou sede do licitante; FGTS, CNDT;

**5.16.** Aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões, nos termos do artigo 65 §1º, da Lei n.º 8.666/93.

## 6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

**6.1**. Proporcionar todas as condições necessárias à boa execução do contrato e permitir o acesso dos empregados identificados da Contratada ao local de armazenamento/entrega dos produtos;

**6.2**. Responsabilizar-se pela comunicação, em tempo hábil, de qualquer fato que acarrete em interrupção na execução do fornecimento;

**6.3.** Designar um servidor como gestor para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e atestar as faturas conforme previsto no art. 67 da Lei nº 8.666/93;

**6.4.** Supervisionar o fornecimento, por intermédio da Secretaria solicitante;

**6.5.** Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nos dispositivos legais;

**6.6.** Prestar informações e esclarecimentos, caso solicitados pela Contratada;

**6.7.** Fornecer atestado de capacidade técnica, quando solicitado pela Contratada, desde que atendidas as obrigações contratuais.

## 7. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**7.1**. Ficará impedido de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Termo e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n 8.666/93, no que couber garantido o direito prévio da ampla defesa, a licitante que:

a) Deixar de entregar a documentação exigida no Edital;

b) No prazo determinado, não retirar a Nota Fiscal.

c) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;

d) Ensejar o retardamento da execução do objeto deste Termo de Referência;

e) Não mantiver a proposta, injustificadamente;

f) Falhar ou fraudar na execução do contrato;

g) Comportar-se de modo inidôneo;

h) Cometer fraude fiscal.

**7.2**. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Termo, a Administração da Prefeitura Municipal de Barreiras, poderá garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso na execução do contrato, tomando por base o valor global do respectivo lote;

c) Multa de 2% (dois por cento) a partir do 16º (decimo sexto) dia, até o 30º dia de atraso;

d) Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor global do respectivo lote;

e) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com Administração por período não superior a dois (2) anos;

f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com Administração Pública.

**7.3.** O atraso injustificado na execução do contrato, por período superior a 30 (trinta) dias, poderá ensejar a rescisão do contrato.

**7.4**. As multas aplicadas serão descontadas dos créditos da Contratada ou, na impossibilidade, recolhida no prazo de até 15 (quinze) dias, da data da comunicação oficial e, caso não cumprida, serão cobradas judicialmente.

**7.5**. Compete ao Prefeito Municipal à aplicação das penalidades previstas nos 7.1 e 7.2, alíneas “b”, “c”, “d”, “e” e “f.

**7.6**. Da aplicação das penalidades previstas nos itens 7.1 e 7.2 caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação, que será dirigido à autoridade superior por intermédio da que praticou o ato, a qual poderá reconsiderar a sua decisão, ou, faze-lo subir devidamente informado.

**7.7**. As sanções previstas no item 7.2, alíneas “b”, “c” e “d”, poderão ser aplicadas conjuntamente com as demais penalidades previstas neste Termo.

## 8. DOS PAGAMENTOS

**8.1.** As notas fiscais deverão ser entregues ao Setor de Compras da Secretaria de Administração referente aos produtos que forem requisitados, para controle e processo de pagamento;

**8.2.** O pagamento será em até 30 (trinta) dias após a entrega do s produtos e emissão da nota fiscal que deverá ser atestada pela Secretaria solicitante;

**8.3.** Para efeito de pagamento, a Contratada deverá estar em dia com todas as condições de habilitação, onde deverão ser encaminhados os documentos mencionados abaixo, dentro do prazo de validade, juntamente com a nota fiscal:

I — Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei n.º 8.036/90);

II – Certidão de Regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

III – Prova de regularidade com a Fazenda Federal por meio de Certidão Conjunto de débitos relativo aos tributos federais e a Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda/Secretaria da Receita Federal do Brasil.

IV – Prova de regularidade relativa a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa que poderá ser obtida no site www.tst.jus.br/certidão;

**8.4**. Caso a Contratada não obedeça às condições estabelecidas no item anterior, a nota fiscal será passível de devolução, obrigando-se a empresa a emitir nova (s) nota (s), que somente será (ão) recebida (as) pela Contratante, mediante a anexação das certidões.

## 9. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

**9.1**. Comprovação através de certidão (ões) e/ou atestado(s) emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidade e prazo com o objeto da licitação;

**9.2.** Não serão aceitos atestados emitidos pelo licitante em seu próprio nome, nem algum outro que não tenha originado de contratação;

**9.3.** Os atestados ou declarações de capacidade técnica apresentados pelo licitante devem comprovar aptidão para desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em características, quantitativo e prazos com o objeto de que se trata o processo licitatório;

**9.4.** O licitante deverá apresentar cópia do contrato que deu suporte à contratação, ou notas fiscais, ou documento comprobatório da execução do fornecimento do atestado apresentado.

## 10. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

**10.1.** A ata de registro de preços terá vigência de 12 (doze) meses. Os contratos oriundos das atas terão vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do mesmo.

## 11. DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO

**11.1**. A fiscalização do objeto será exercida pela CONTRATANTE, por meio das Secretarias Municipais, na forma que lhe convier;

**11.2.** A fiscalização, exercida no interesse exclusivo das Secretarias Municipais, não exclui e nem reduz a responsabilidade da empresa contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na sua ocorrência, não implica em corresponsabilidade do poder público ou de seus agentes e prepostos, salvo quanto a estes, se decorrente de ação ou omissão funcional, apurada na forma da legislação vigente;

**11.3**. A Gestão de contratos consiste em atividades coordenadas que visam administrar os contratos desde o seu início até o seu término, com ações proativas e preventivas de modo a observar o cumprimento das regras previstas/pactuadas no instrumento contratual, buscar os resultados esperados e trazer benefícios e economia para a administração.

**11.4.** Fica designado os servidores públicos, mencionados abaixo, como FISCAIS DO CONTRATO:

**11.4.1**. MARY ELZA LOPES RODRIGUES MARQUES, matricula nº 57.634, Subdiretora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer;

**11.4.2**. JOISSE JÉSSICA ROCHA DE JESUS, matrícula nº 59.833, Assessora Especial III, lotada na Secretaria Municipal de Saúde;

**11.4.3**. MARCOS PETRONILIO DE JESUS, matrícula nº 56.041, Assessor Técnico, lotado no Gabinete do Prefeito;

**11.4.4**. THIAGO ERNESTINO SILVA DE SOUZA ALMEIDA, Matrícula nº 56.884, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho.

Barreiras – BA, 23 de Agosto de 2021.

**Gislaine César de Carvalho Barbosa**
Secretaria Municipal de Administração

**ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA – UTENSÍLIOS**

**LOTE 01**

| ITEM | DESCRIÇÃO DO PRODUTO | UNID. | QUANT. |
|---|---|---|---|
| 1 | **BANDEJA**, redonda, em aço inox, diâmetro 40cm espessura 0,8mm | Unid. | 52 |
| 2 | **BANDEJA**, retangular, em aço inox, dimensões: C 48 x L 32 cm x 0,8 mm espessura. | Unid. | 42 |
| 3 | **BANDEJA**, retangular, em aço inox, dimensões : C 40 x L 28 cm x 0,8mm de espessura. | Unid. | 41 |
| 4 | **BANDEJA**, retangular, em aço inox, dimensões: C 35 x L 25 cm x 0,8mm espessura. | Unid. | 47 |
| 5 | **JARRA** para suco, em aço inox, capacidade de 2 litros c/ tampa. | Unid. | 150 |
| 6 | **PORTA COPOS**, inox, diâmetro 9cm, para 06 copos. | Unid. | 160 |
| 7 | **RALADOR**, de aço inox 4 faces, com coletor, medindo aprox. 23cm A x 10,5cm L x 11cm C | Unid. | 100 |
| 8 | **RALADOR, E FATIADOR**, 4 faces, em inox, tamanho aprox. 22 cm SEM COLETOR | Unid. | 20 |
| 9 | **ABRIDOR DE COCO**, corpo em aço inox, cabo de haste em plástico resistente, comprimento mínimo de 13cm. | Unid. | 05 |
| 10 | **AÇUCAREIRO**, c/ tampa e colher, todo em aço inox, capacidade 250 gr | Unid. | 135 |
| 11 | **BOLEIRA**, (porta bolo) em aço inox c/ tampa de vidro ou acrílico transparente, com 33cm diâmetro x 11 cm altura. | Unid. | 40 |
| 12 | **ESCORREDOR** de pratos em inox para 40 pratos medidas: 49 x27x62cm | Unid. | 90 |

**LOTE - 02**

| ITEM | DESCRIÇÃO DO PRODUTO | UNID. | QUANT. |
|---|---|---|---|
| 1 | **PANELA DE PRESSÃO**, de alumínio polido, capacidade 20L, cabo e asa em baquelite, tampa com travas externas sistema de segurança, conforme norma da ABNT NBR 11823/2016 e normas vigentes. | Unid. | 50 |
| 2 | **PANELA DE PRESSÃO**, de alumínio polido, capacidade 7 litros, cabo e asa em baquelite, válvula de segurança, conforme norma da ABNT NBR 11823/2016 e normas vigentes. | Unid. | 50 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 3 | **PANELA DE PRESSÃO**, de alumínio polido, capacidade 12 litros, cabo e asa em baquelite, válvula de segurança, conforme norma da ABNT NBR 11823/2016 e normas vigentes. | Unid. | 50 |
| 4 | **FRIGIDEIRA**, corpo em alumínio polido, antiaderente tipo tefal, com cabo em baquelite, com diâmetro de 36cm. | Unid. | 60 |
| 5 | **FRIGIDEIRA**, corpo em alumínio polido com revestimento antiaderente, com cabo em baquelite, diâmetro de 30cm. | Unid. | 60 |

**LOTE - 03**

| ITEM | DESCRIÇÃO DO PRODUTO | UNID. | QUANT. |
|---|---|---|---|
| 1 | **ESPÁTULA** para cortar bolo, em aço inox; dimensões: A=27 x L=7,5 x P=4,60cm | Unid. | 50 |
| 2 | **FACA PARA PÃO**, em aço inox, com cabo em prolipropileno, lâmina serrilhada de 8 polegadas. | Unid. | 60 |
| 3 | **FACA**, em aço inox, cabo antiaderente, nas medidas: A=2 xL 11 x C 33 cm, com peso aproximado de 170 gramas. | Unid. | 70 |
| 4 | **GARFO PARA SERVIR**, em aço inox, com 2 dentes - comprimento mínimo de 35cm. | Unid. | 60 |
| 5 | **COLHER DE SOBREMESA**, em aço inox, acabamento alto brilho, medindo aprox: 182mm | Unid. | 310 |
| 6 | **FACA DE MESA**, serrilhada, em aço inox, de alto brilho, comprimento aproximado: 21cm | Unid. | 535 |
| 7 | **GARFO DE MESA**, confeccionado em aço inox inteiriço, sem rebarbas, acabamento arredondado, com 4 dentes, comprimento aproximado: 21cm | Unid. | 535 |
| 8 | **COLHER DE SOPA**, em aço inox, acabamento em alto brilho, medindo aprox: 20 cm | Unid. | 630 |
| 9 | **COLHER PARA CAFÉ**, em aço inox, bojo arredondado, acabamento em alto brilho, medindo aprox. 110 mm | Unid. | 230 |
| 10 | **COLHER** para servir, em aço inox, dimensões: C 34,5cm x 1,6 mm. | Unid. | 70 |
| 11 | **CONCHA**, em aço inox 74 mm, capacidade 350 ml | Unid. | 55 |
| 12 | **CONCHA** de alumínio, grande, nº 14, diâmetro 14 cm, comprimento do cabo 49 cm, capacidade 800 ml | Unid. | 50 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 13 | **CONCHA** de alumínio, média, diâmetro 9cm, comprimento do cabo 25,5cm, capacidade 250ml. | Unid. | 46 |
| 14 | **ESCUMADEIRA,** em aço inox, com cabo em aço inox, medindo, aproximadamente, 38 cm de comprimento, para arroz. | Unid. | 38 |
| 15 | **ESCUMADEIRA,** em aço inox, com cabo em aço inox, medindo, aproximadamente, 50 cm de comprimento, para arroz | Unid. | 26 |
| 16 | **ESCUMADEIRA,** em aço inox, com cabo em polipropileno, medindo, aproximadamente, 35 cm de comprimento, para arroz. | Unid. | 27 |

**LOTE - 04**

| ITEM | DESCRIÇÃO DO PRODUTO | UNID. | QUANT. |
|---|---|---|---|
| 1 | **CAÇAROLA**, de alumínio polido c/ tampa, capacidade de 14 à 14,5L. Dimensões aproximadas: A 16 x D 34 cm. | Unid. | 40 |
| 2 | **CAÇAROLA**, de alumínio polido c/tampa, capacidade de 20 à 20,4L. Dimensões aproximadas: A 18 x D 38cm | Unid. | 40 |
| 3 | **CAÇAROLA,** de alumínio polido c/ tampa, capacidade de 30 à 31,7L. Dimensões aproximadas: A 20 x D 45cm | Unid. | 40 |
| 4 | **CAÇAROLA**, de alumínio polido c/ tampa, capacidade 10L. Dimensões aproximadas: A 18 x D 34 cm | Unid. | 40 |
| 5 | **CAÇAROLA,** de alumínio polido c/ tampa, capacidade 6 L. Dimensões aproximadas: A 12 x D 26cm | Unid. | 40 |
| 6 | **CAÇAROLA**, de alumínio fundido/batido, cabo de madeira, tampa de alumínio c/ puxador de madeira, capacidade mínima 3,0L à 3,7 L | Unid. | 50 |
| 7 | **CALDEIRÃO,** de alumínio polido c/ tampa, capacidade de 15 à 15,3L, para merenda. Dimensões aproximadas: A 25 x D 28 cm | Unid. | 65 |
| 8 | **CALDEIRÃO,** de alumínio polido c/ tampa, capacidade de 22 à 22,5L, para merenda. Dimensões aproximada: A 28 x D 32 cm | Unid. | 60 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 9 | **CALDEIRÃO,** de alumínio polido c/ tampa, capacidade de 32 à 32,5 L, para merenda. Dimensões aproximadas: A 32 x 36 cm | Unid. | 60 |
| 10 | **CALDEIRÃO,** de alumínio polido c/ tampa, capacidade de 45 à 45,2L, para merenda. Dimensões aproximadas: A 36 x 40 cm | Unid. | 60 |
| 11 | **CANECA**, de alumínio polido, alça em baquelite, capacidade 2L | Unid. | 65 |
| 12 | **CANECA**, de alumínio polido, alça em baquelite, capacidade de 3 à 3,2L | Unid. | 50 |
| 13 | **CANECÃO**, de alumínio polido, alça em baquelite, capacidade 4,5 à 5 L | Unid. | 20 |
| 14 | **BULE**, em alumínio antiaderente, capacidade de 1 à 1,1 L com cabo em baquelite, com porta filtro em plástico para filtros nr 103. | Unid. | 30 |
| 15 | **FILTRO DE PAPEL, NR 103 =** PACOTES com 30 unidades cada. | Pacote | 200 |
| 16 | **ESCORREDOR** de macarrão, de alumínio, diâmetro 35 cm | Unid. | 20 |
| 17 | **ESCORRREDOR** de macarrão, de alumínio, diâmetro 50 cm | Unid. | 20 |
| 18 | **ESCORREDOR** de macarrão de alumínio, diâmetro 60 cm | Unid. | 30 |
| 19 | **PANELA CUSCUZEIRO,** em alumínio, revestido internamente de material antiaderente, com diâmetro de 30cm e altura de 30cm. | Unid. | 50 |
| 20 | **MARMITÃO TÉRMICO**, de alumínio, parede dupla, com borracha de vedação, alças para transporte, com capacidade para 10 litros. | Unid. | 10 |
| 21 | **MARMITÃO TÉRMICO,** de alumínio, parede dupla, com borracha de vedação, alças para transporte, com capacidade para 17 litros. | Unid. | 10 |
| 22 | **MARMITÃO TÉRMICO**, de alumínio, parede dupla, com borracha de vedação, alças para transporte, com capacidade para 35 litros. | Unid. | 10 |

**LOTE - 05**

| ITEM | DESCRIÇÃO DO PRODUTO | UNID. | QUANT. |
|---|---|---|---|
| 1 | **CONJUNTO DE XÍCARA E PIRES**, de porcelana branca para cafezinho, capacidade xícara 75ml, pires redondo. Conjunto com 6 unidades de cada. | Conj. | 80 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 2 | **CONJUNTO DE XÍCARA E PIRES**, de porcelana branca para chá, capacidade xícara 200ml, pires redondo. Conjunto com 6 unidades de cada. | Conj. | 80 |
| 3 | **COPO DE VIDRO**, translúcido para água - capacidade 300 ml - dimensões: A=126mm x 71mm diâmetro. | Unid. | 600 |
| 4 | **JARRA DE VIDRO**, com alça totalmente em vidro translúcido, s/ tampa, capacidade 2 L | Unid. | 50 |
| 5 | **TIGELA DE VIDRO**, liso, translúcido, para sobremesa - capacidade de 300 à 310 ml | Unid. | 35 |
| 6 | **POTE DE VIDRO**, liso, com tampa plástica rosqueável, capacidade 1 litro | Unid. | 160 |
| 7 | **SALEIRO**, em vidro translúcido, com tampa em inox, capacidade 50ml | Unid. | 130 |
| 8 | **PRATO,** em porcelana branca, fundo, diâmetro de 23 à 24cm | Unid. | 150 |
| 9 | **PRATO,** em porcelana branca, raso, diâmetro de 27cm | Unid. | 150 |

**LOTE - 06**

| ITEM | DESCRIÇÃO DO PRODUTO | UNID. | QUANT. |
|---|---|---|---|
| 1 | **TOALHA DE MESA**, quadrada, cor branca, medindo 2 x 2m, composição: 39%.algodão/61%poliester - acabamento tipo Dohler Clean. | Unid. | 15 |
| 2 | **TOALHA DE MESA**, retangular , cor branca, medindo 1,40 x 2,20m composição: PVC flanelado. Revestimento flanelado na parte de trás, em poliéster 100% | Unid. | 15 |
| 3 | **TOALHA DE MESA**, quadrada p/ 10 lugares, cor branca, medindo 2,20 x 2,20m. Composição: 100% algodão. | Unid. | 15 |
| 4 | **TOALHA BRANCA**, retangular, cor renda branca para eventos, medidas aproximada de 3,00 X 1,55 à 3,20 x 2,00 com sobretoalha em algodão e renda. | Unid. | 10 |

**LOTE - 07**

| ITEM | DESCRIÇÃO DO PRODUTO | UNID. | QUANT. |
|---|---|---|---|
| 1 | **BACIA PLÁSTICA**, modelo canelada, reforçada, capacidade 34 L- sem cor definida. | Unid. | 60 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 2 | **BACIA PLÁSTICA**, modelo canelada, reforçada, capacidade 8 L- sem cor definida. | Unid. | 60 |
| 3 | **BACIA PLÁSTICA**, resistente, em polipropileno, capacidade 20L - sem cor definida. | Unid. | 130 |
| 4 | **BACIA PLÁSTICA**, resistente em polipropileno, capacidade 30 L - sem cor definida. | Unid. | 60 |
| 5 | **ESPREMEDOR DE FRUTAS**, manual, em plástico, com copo/jarra coletora com capacidade 2 litros. | Unid. | 30 |
| 6 | **JARRA PLÁSTICA**, resistente, com alça e tampa plástica, capacidade 2 litros. | Unid. | 150 |
| 7 | **PORTA TALHERES**, em polietileno, com tampa, com 5 divisões, medidas aproximadas: altura 6 cm, 35cm largura, 29cm de profundidade. | Unid. | 120 |
| 8 | **COLHER**, em plástico rígido, para merenda, na cor azul, atóxico, pacote c/ 50 unidades. | Pacote | 1.100 |
| 9 | **CANECA**, com alça, em plástico rígido, para merenda na cor azul, atóxico, capacidade 300 ml | Unid. | 5.100 |
| 10 | **PRATO**, de plástico rígido, para merenda, na cor azul capacidade entre 500 à 700 ml, dimensões; diâmetro interno da boca entre 160 e 195mm, largura da aba entre 3,5 e 4,5 mm, diâmetro interno da base entre 130 e 150mm atóxico. | Unid. | 5.100 |
| 11 | **PENEIRA PLÁSTICA**, em polipropileno, 20 cm de diâmetro, com cabo plástico. | Unid. | 30 |
| 12 | **PENEIRA PLÁSTICA**, em polipropileno, com aprox. 17 cm de diâmetro, com cabo plástico. | Unid. | 120 |
| 13 | **PORTA CONDIMENTO,** de plástico, com base giratória, na cor branco, com 16 peças. | Unid. | 20 |
| 14 | **POTE PLÁSTICO**, retangular, com tampa, capacidade para 1 litro, cor branca. | Unid. | 20 |
| 15 | **POTE PLÁSTICO**, retangular, com tampa, capacidade para 2 litros, cor branca. | Unid. | 20 |
| 16 | **POTE PLÁSTICO**, retangular, com tampa, capacidade para 3 litros, cor branca. | Unid. | 20 |
| 17 | **POTE PLÁSTICO**, retangular, com tampa, capacidade para 5 litros, cor branca. | Unid. | 20 |
| 18 | **CAIXA PLÁSTICA**, em polietileno, de alta densidade, fechada com tampa, cor branca, capacidade 61 L. Dimensões aproximadas: C 62 x L 39 x A 32 cm | Unid. | 100 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 19 | **CAIXA PLÁSTICA**, em polietileno, de alta densidade, fechada com tampa, cor branca, capacidade 70 L, Dimensões: C 72 x L 35,50 x A 35 cm | Unid. | 100 |
| 20 | **ORGANIZADOR PLÁSTICO,** com capacidade aproximada de 100 à 105 L, com rodas, transparente e com tampa. Dimensões aproximadas: L 83 x C 48 x 37,5cm | Unid. | 320 |

**LOTE - 08**

| ITEM | DESCRIÇÃO DO PRODUTO | UNID. | QUANT. |
|---|---|---|---|
| 1 | **ESPÁTULA**, de silicone com cabo em polietileno, dimensões mínimas: C 24,5 x 5,3cm L | Unid. | 30 |
| 2 | **PLACA DE CORTE**, para frango, em polietileno, cor amarela, dimensões : C 50 x L 30 cm espessura 1,5 cm | Unid. | 40 |
| 3 | **PLACA DE CORTE**, para peixes, em polietileno, cor azul, dimensões : C 50 x L 30 cm espessura 1,5 cm | Unid. | 30 |
| 4 | **PLACA DE CORTE**, para vegetais, em polietileno, cor bege, dimensões : C 50 x L 30 cm espessura 1,5 cm | Unid. | 30 |
| 5 | **PLACA DE CORTE**, para laticínios, em polietileno, cor branca, dimensões: C 50 x L 30 cm espessura 1,5 cm | Unid. | 80 |

**LOTE - 09**

| ITEM | DESCRIÇÃO DO PRODUTO | UNID. | QUANT. |
|---|---|---|---|
| 1 | **ABRIDOR DE LATA,** reforçado, em inox, aprox 9 cm, com espessura mínima de 1mm. | Unid. | 30 |
| 2 | **ACENDEDOR PARA FOGÃO**, tipo mecânico, corpo plástico e ponteira de aço, tipo pistola através de gatilho, tamanho G. | Unid. | 250 |
| 3 | **COADOR DE PANO**, tamanho M para café, com cabo de madeira. | Unid. | 400 |
| 4 | **COADOR DE PANO**, tamanho G, para café, com cabo de madeira. | Unid. | 20 |
| 5 | **PEDRA PARA AFIAR**, dupla face, granulação 120/320, dimensões aproximada: comprimento 20cm, largura 5cm, altura 2,5 cm. | Unid. | 17 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 6 | **KIT COM 1 LUVA TÉRMICA E 1 PEGA PANELA**, 100% poliéster. Medidas aproximadas da luva: altura 28cm, largura 14,5 cm. Pega panela: altura 16,5cm, largura 16,5cm; cores variadas. | Unid. | 30 |
| 7 | **REGISTRO/REGULADOR,** reforçado, para Botijão de Gás **P45**, com mangueira de alta resistência, com registro e selo do INMETRO. | Unid. | 20 |

**LOTE - 10**

| ITEM | DESCRIÇÃO DO PRODUTO | UNID. | QUANT. |
|---|---|---|---|
| 1 | **GARRAFA PLÁSTICA TÉRMICA**, capacidade 1 litros - com acionamento de pressão. | Unid. | 100 |
| 2 | **GARRAFA INOX, TÉRMICA**, capacidade 3 litros - com acionamento de pressão. | Unid. | 60 |
| 3 | **GARRAFA INOX, TÉRMICA,** capacidade 5 litros- com acionamento de pressão. | Unid. | 70 |
| 4 | **GARRAFA PLÁSTICA, TÉRMICA**, capacidade 8 litros - com torneira. | Unid. | 50 |
| 5 | **GARRAFA PLÁSTICA TÉRMICA**, capacidade 9 litros à 9,5 litros - com torneira. | Unid. | 20 |
| 6 | **GARRAFA PLÁSTICA, TÉRMICA**, capacidade 1/2 litro - com acionamento de pressão. | Unid. | 50 |
| 7 | **GARRAFA TÉRMICA**, corpo em aço **INOX**, capacidade 1 litro - com acionamento de pressão. | Unid. | 50 |
| 8 | **GARRAFA TÉRMICA**, corpo em aço **INOX**, capacidade 2 litro - com acionamento de pressão. | Unid. | 100 |
| 9 | **GARRAFA TÉRMICA PLÁSTICA**, com torneira, capacidade 12 litros. | Unid. | 60 |
| 10 | **GARRAFA TÉRMICA, PLÁSTICA**, com torneira, capacidade de 18 à 19 litros. | Unid. | 60 |

**LOTE - 11**

| ITEM | DESCRIÇÃO DO PRODUTO | UNID. | QUANT. |
|---|---|---|---|
| 1 | **CAIXA PLÁSTICA,** Gaveta para estante/Caixa Plástica Porta-Componentes (tipo Bin nº 3) - preta ou azul, plástico super-resistente; Largura: 102 mm (10,2 cm) Altura: 75 mm (7,5 cm) Comprimento: 175 mm (17,5 cm) | Unid. | 200 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 2 | **CAIXA PLÁSTICA**, Gaveta para estante/Caixa Plástica Porta-Componentes (tipo Bin nº 4) - capacidade: 2 litros; peso: 110g; carga suportada: 1kg; cores: azul, preto; med.: a9 x l11,5 x p18, cm. | Unid. | 200 |
| 3 | **CAIXA DE PLASTICO,** caixa plástica para acondicionamento de medicamentos (tipo Bin nº 5) - com medida aprox. (c x l x h): 240 mm x 155 mm x 120 mm, fabricada em polipropileno, cor azul. | Unid. | 100 |
| 4 | **CAIXA PLÁSTICA,** Gaveta para estante/Caixa Plástica Porta-Componentes (tipo Bin nº 6) - PP (Polipropileno); capacidade: 8 litros; peso: 320g; carga suportada: 4kg; cores: azul, preto; med.: a15 x l18,5 x p29 cm. | Unid. | 100 |
| 5 | **CAIXA PLÁSTICA** - Gaveta para estante/Caixa Plástica Porta-Componentes (tipo Bin nº 7) - PP (Polipropileno); capacidade: 16 litros; peso: 500g; carga suportada: 8kg; cores: azul, preto; med.: a17,5 x l22 x p34 cm | Unid. | 100 |
| 6 | **CAIXA PLÁSTICA** - caixa plástica, tipo bin n° 08, com abertura frontal, confeccionada com polietileno ou polipropileno de alta densidade. Dimensões externas aprox. Altura 19,5cm, largura 32,0cm, comprimento 43,5cm. Volume aproximado de 26 litros. Com espaço próprio para fixação de etiquetas, de fácil higienização, empalhável, com encaixes laterais inferiores e superiores para uso hospitalar. | Unid. | 50 |

**ANEXO II**

**MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - COPEL

| **DADOS DA LICITAÇÃO** | | |
|---|---|---|
| PREGÃO Nº | PROCESSO Nº | OBJETO |

| **DADOS DA EMPRESA** | | |
|---|---|---|
| RAZÃO SOCIAL | | |
| CNPJ | INSCRIÇÃO ESTADUAL | |
| ENDEREÇO | | |
| TELEFONE | FAX | EMAIL |
| BANCO (NOME/Nº) | AGÊNCIA Nº | CONTA CORRENTE Nº |

| **DADOS DO RESPONSÁVEL PARA ASSINATURA DO CONTRATO** | | |
|---|---|---|
| NOME | | |
| RG | ÓRGÃO EXPEDIDOR | CPF |

| VALIDADE DA PROPOSTA DE PREÇOS | PRAZO DE EXECUÇÃO |
|---|---|

| **LOTE XXX** | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **ITEM** | **DISCRIMINAÇÃO** | **QUANT.** | **PREÇO UNITÁRIO (R$)** | **PREÇO TOTAL (R$)** |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| **TOTAL GERAL** | | | | |
| **TOTAL GERAL (por extenso) XXXXXXXXXXXXXXXXX** | | | | |

**OBSERVAÇÕES:**

**1 - Proposta de Preços em papel timbrado do licitante.**
**2 - O licitante deverá informar corretamente número da conta corrente e agência, bem como nome da instituição financeira.**
**3 - A alteração dos dados bancários deverá ocorrer antes da emissão do empenho.**

**ANEXO III**

**CARTA DE CREDENCIAMENTO**

(MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO)

ASSUNTO: _____ **,** objeto da licitação acima referenciada._____**.**

Designação de Representante

Através da presente credenciamos o (a) Sr.(a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____, e cadastro no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº _____, a participar da Licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de Barreiras na modalidade de Pregão Presencial Nº 000/2022, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____, bem como formular propostas, ofertar lances, recorrer, renunciar e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

_____, _____ de _____ de 2022.

**OBSERVAÇÃO:**

**1)CARIMBO DA EMPRESA E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL**

**2)IDENTIFICAÇÃO DO CARGO/FUNÇÃO DO FIRMATÁRIO**

**3)CREDENCIAMENTO EM PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE**

**ANEXO IV**

**DECLARAÇÃO ÚNICA**

....., inscrita no CNPJ nº ....., por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr. (a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº ....., para fins de participação no Pregão Presencial xxxx/2022, sob pena das sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, **DECLARA:**

a) Que esta empresa é considerada (___) **MICROEMPRESA/**(___) **EMPRESA DE PEQUENO PORTE** , conforme Incisos I e II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006; Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006. **Obs: assinalar com "X" a opção da empresa**;

b) Que, em cumprimento à Portaria SDE nº 51, de 03 de julho de 2009, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Ministério da Justiça e sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro: (a) a proposta anexa foi elaborada de maneira independente e que o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Presencial, por qualquer meio ou por qualquer pessoa; (b) a intenção de apresentar a proposta anexa não foi informada a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Presencial, por qualquer meio ou por qualquer pessoa; (c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Presencial quanto a participar ou não da referida licitação; (d) que o conteúdo da proposta anexa não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado a ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Presencial antes da adjudicação do objeto da referida licitação; (e) que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer integrante da contratante antes da abertura oficial das propostas;

c) Que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme previsto no inciso XXXIII, artigo 7º da Constituição Federal.

d) que inexiste qualquer fato impeditivo à sua participação na licitação citada, que não foi declarada inidônea e não esta impedida ou suspensa de contratar com o Poder Público de qualquer esfera, e se compromete a comunicar qualquer ocorrência de fatos supervenientes.

e) que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Edital, em cumprimento do previsto no inciso VII do art. 4º da Lei nº 10.520/2002.

_____, _____ de _____ de 2022.

_____
Assinatura do representante da empresa
(nome e número da identidade)

**OBSERVAÇÃO: DECLARAÇÃO EM PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE**

Obs.: **Esta declaração deverá ser entregue juntamente com o CREDENCIAMENTO.**

**ANEXO V**

**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº _____/2022**

Aos_____ dias do mês _____do ano de dois mil e vinte e dois, o **MUNICÍPIO DE BARREIRAS, ESTADO DA BAHIA**, inscrito no CNPJ (MF) sob o n.º 13.654.405/0001-95, com sede na Rua Edgar de Deus Pitta, nº 914, Aratu, Barreiras, Estado da Bahia, representado por seu Prefeito Municipal Senhor João Barbosa de Souza sobrinho, no uso da competência que lhe foi atribuída nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e Decreto Municipal n.º 38/2017, observadas, ainda, as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS** n.º **xxx/2021**, RESOLVE registrar o(s) preço(s) da(s) **empresa(s) relacionada(s) no item 4,** de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), por item, observadas as condições do Edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem.

**1.DO OBJETO:**
1.1 Registro de preços para contratação de empresa especializada para a aquisição de UTENSÍLIOS DE COPA\COZINHA, visando atender as necessidades de todas as Secretarias que compõe a estrutura administrativa da Prefeitura deste Município de Barreiras – BA.

**2. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS:**

**2.1.** A Ata de registro de preços terá vigência de 12 (doze) meses.

**3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

**3.1.** O Órgão Gerenciador da ata de registro de preços será a Prefeitura Municipal de Barreiras que exercerá suas atribuições.

**4. DOS PREÇOS REGISTRADOS:**

**4.1.** Os preços, a empresa, as quantidades e as especificações dos serviços registrados na presente Ata, encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

| | | |
|---|---|---|
| EMPRESA REGISTRADA: | | |
| CNPJ: | | |
| ENDEREÇO: | | |
| LOTE | OBJETO | VALOR REGISTRADO |
| | | |

**5. DO CONTRATO:**
**5.1.** A critério da Prefeitura Municipal de Barreiras, Secretaria de Administração, obedecida à ordem de classificação, o(s) licitante(s) vencedor(s), cujo(s) preço(s) tenha(m) sido registrado(s) na Ata de Registro de Preço, será (ão) convocado(s) para retirar a Nota de Empenho, que substituirá o Contrato, no prazo de 08 (oito) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação, estando as obrigações assumidas vinculadas à proposta, aos lances, ao edital e à respectiva Ata.

**5.2. A partir da assinatura da Ata, passa a ser considerado como CONTRATADO, obrigando-se a obedecer, além do disposto nesta Ata, os ditames e especificações constantes no Anexo I do Edital de Licitação do Pregão Presencial n° XXX/2021.**

**5.3.** O Sistema de Registro de Preços não obriga a contratação, nem mesmo nas quantidades indicadas no Anexo I, podendo a Administração promover a contratação dos serviços de acordo com suas necessidades.

**5.4.** A Prefeitura Municipal de Barreiras não está obrigada, durante o prazo de validade do registro de preços decorrente deste certame, a firmar as contratações que dele poderão advir, podendo realizar licitações específicas para o serviço pretendido, ficando assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

**5.5.** O direito de preferência de que trata o subitem anterior poderá ser exercido pelo beneficiário do registro quando a Prefeitura Municipal Barreiras, após realizada a licitação específica, constatar que o preço obtido é igual ou maior que o registrado ou, após negociação, aquiescer o detentor da ata em baixar o preço registrado, igualando ou tornando-o menor que o obtido em referida licitação.

**5.6.** A presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta a Prefeitura Municipal de Barreiras, observadas, ainda, as demais regras impostas no Decreto n.º 38/2017.

**6. DO PAGAMENTO:**

6.1. As notas fiscais deverão ser entregues ao Setor de Compras da Secretaria de Administração referente aos produtos que forem requisitados, para controle e processo de pagamento;

6.2. O pagamento será em até 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos e emissão da nota fiscal que deverá ser atestada pela Secretaria solicitante;

6.3. Para efeito de pagamento, a Contratada deverá estar em dia com todas as condições de habilitação, onde deverão ser encaminhados os documentos mencionados abaixo, dentro do prazo de validade, juntamente com a nota fiscal:

I — Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei n.º 8.036/90);
II – Certidão de Regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
III – Prova de regularidade com a Fazenda Federal por meio de Certidão Conjunto de débitos relativo aos tributos federais e a Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda/Secretaria da Receita Federal do Brasil;
IV – Prova de regularidade relativa a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa que poderá ser obtida no site www.tst.jus.br/certidão;

6.4 Caso a Contratada não obedeça às condições estabelecidas no item anterior, a nota fiscal será passível de devolução, obrigando-se a empresa a emitir nova (s) nota (s), que somente será (ão) recebida (as) pela Contratante, mediante a anexação das certidões.

**7. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR:**

**7.1.** gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do detentor da ata, o preço, e as especificações dos serviços registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

**7.2.** observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

**7.3.** conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

**7.4.** acompanhar a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados na ata.

**7.5**. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente Ata.

**7.6.** consultar o detentor da ata registrada (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecer o serviço a outro(s) órgão da Administração Pública que externe(m) a intenção de utilizar a presente Ata, conforme item 5.6.

**8. DAS OBRIGAÇÕES DO DETENTOR DA ATA:**

**8.1.** Fornecer os serviços obedecendo rigorosamente ao disposto nos anexo I do edital do Pregão n.º **XXX/2022.**

**8.2.** Providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

**8.3.** viabilizar o atendimento das condições firmadas a partir da data da publicação da presente Ata.

**8.4.** manter, durante o prazo de vigência da presente Ata, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n.º **XXX/2022.**

**8.5.** informar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação, quanto à aceitação ou não do fornecimento do serviço a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente Ata, conforme item 5.6.

**8.6.** Arcar, inteira e exclusivamente, com todas as despesas e custos, inclusive em relação a transporte, bem como encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais, seguros, taxas, impostos e quaisquer outros, direta e indiretamente relacionados com o objeto desta Ata.

**9 - DAS PENALIDADES:**

9.1 Ficará impedido de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Termo de Referência, edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n 8.666/93, no que couber garantido o direito prévio da ampla defesa, a licitante que:

a) Deixar de entregar a documentação exigida no Edital;
b) No prazo determinado, não retirar a Nota Fiscal.
c) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
d) Ensejar o retardamento da execução do objeto do Termo;
e) Não mantiver a proposta, injustificadamente;
f) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
g) Comportar-se de modo inidôneo;
h) Cometer fraude fiscal.

9.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto do Termo, a Administração da Prefeitura Municipal de Barreiras, poderá garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as seguintes sanções:

a) Advertência;
b) Multa moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso na execução do contrato, tomando por base o valor do respectivo lote;
c) Multa de 2% (dois por cento) a partir do 16º (decimo sexto) dia, até o 30º dia de atraso;
d) Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do respectivo lote;
e) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com Administração por período não superior a 2 (dois) anos;
f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com Administração Pública.

9.3. O atraso injustificado na execução do contrato, por período superior a 30 (trinta) dias, poderá ensejar a rescisão do contrato.

9.4. As multas aplicadas serão descontadas dos créditos da contratada ou, na impossibilidade, recolhida no prazo de até 15 (quinze) dias, da data da comunicação oficial e, caso não cumprida, serão cobradas judicialmente.

9.5. Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das penalidades previstas nos 9.2 e 9.3, alíneas “b”, “c”, “d”, “e” e “f.

9.6. Da aplicação das penalidades previstas nos itens 9.1 e 9.2 caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação, que será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato, a qual poderá reconsiderar a sua decisão, ou, faze-lo subir devidamente informado.

9.7. As sanções previstas no item 9.2, alíneas “b”, “c” e “d”, poderão ser aplicadas conjuntamente com as demais penalidades previstas no Termo de Referência.

**10. DAS ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

**10.1.** A presente Ata poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93.

**10.2.** O gerenciador da ata de registro de preços acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados na ata.

**10.2.1.** Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pela Prefeitura Municipal de Barreiras, por intermédio do órgão gerenciador do registro de preços.

**10.3** Quando o preço inicialmente registrado tornar-se superior ao preço médio praticado no mercado, o órgão gerenciador solicitará ao detentor da ata, por escrito, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo aos níveis definidos nos termos do subitem anterior.

**10.3.1.** Caso o detentor da ata não concorde em reduzir o preço, será liberado do compromisso assumido, devendo o órgão gerenciador convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

**10.4** Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o detentor da ata, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

**a)** Liberar o detentor da ata do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e
**b)** convocar os demais detentores da ata visando igual oportunidade de negociação.

**10.5.** Não havendo êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços.

**11. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO:**

**11.1.** O detentor da ata, assegurados o contraditório e a ampla defesa, terá seu registro cancelado quando:

**a)** Não cumprir as obrigações da presente Ata;
**b)** Não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
**c)** Não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
**d)** por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

**11.2.** O detentor da ata poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito, ou força maior, devidamente comprovados.

**12. DA PUBLICIDADE**

**12.1.** O(s) preço(s), a(s) quantidade(s), o (s) detentor(es) da ata e a (s) especificação (ões) resumida (s) do objeto e as quantidades, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas em Imprensa Oficial.

**12.2.** Os preços registrados serão publicados trimestralmente para orientação da Administração, na Imprensa Oficial, conforme previsto no art. 15, § 2º da Lei nº 8.666/93.

**13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

**13.1.** Integram a presente ata o Processo Administrativo nº 2671/2021, o Edital do Pregão Presencial n.º **XXX/2022** e as propostas, com preços e especificações.

**13.2.** As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro deste Municipio de Barreiras..

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma e assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

MUNICÍPIO DE BARREIRAS

EMPRESA XXXX,
Representada pelo Sr. _____, CPF nº _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

TESTEMUNHAS :NOME: NOME:
CPF: CPF:

**ANEXO VI**

**MINUTA DO CONTRATO Nº XXX/XXXX**

O MUNICÍPIO DE BARREIRAS, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 13.654.405/0001-95, neste ato representado pelo seu Prefeito Senhor João Barbosa de Souza sobrinho, denominada Contratante, e a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF, sob o n.º _____, com sede _____, neste ato representada pelo Senhor _____, inscrito no CPF, sob o nº _____, na forma dos seus estatutos sociais ou procuração, doravante denominada Contratada, perante as testemunhas abaixo firmadas, celebram o presente Contrato, de acordo com o constante no Processo nº 2671/2021, referente ao pregão presencial nº **XXX/XXXX**, em observância à lei nº 8.666/93, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas, sendo do tipo menor preço global.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO:**

1.1 Contratação de empresa especializada para a aquisição de UTENSÍLIOS DE COPA\COZINHA, visando atender as necessidades de todas as Secretarias que compõe a estrutura administrativa da Prefeitura deste Município de Barreiras – BA.

1.2 Constitui objeto do presente contrato, os serviços abaixo descritos:

| **LOTE XX** | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **ITEM** | **DISCRIMINAÇÃO** | **U.F.** | **QUANT.** | **PREÇO UNITÁRIO (R$)** | **PREÇO TOTAL (R$)** |
| | | | | | |
| | | | | | |
| **TOTAL GERAL** | | | | | |
| **TOTAL GERAL (por extenso) XXXXXXXXXXXXXXXXX** | | | | | |

1.3 A **CONTRATADA** ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto, de até 25% do valor inicial atualizado do contrato.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

2.1 Fica estipulado em **R$ XXX/XXXX. (XXX/XXXX.)** o valor mensal, resultando em **R$ XXX/XXXX. (XXX/XXXX.)** o valor total a ser pago à **CONTRATADA** pela **CONTRATANTE**.

2.1.1 Os preços unitários e global retro referidos são finais, não se admitindo qualquer acréscimo, estando incluídos no mesmo todas as despesas e custos, diretos e indiretos, como também os lucros da CONTRATADA.

2.2 As notas fiscais deverão ser entregues ao Setor de Compras da Secretaria de Administração referente aos produtos que forem requisitados, para controle e processo de pagamento;

2.3. O pagamento será em até 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos e emissão da nota fiscal que deverá ser atestada pela Secretaria solicitante;

2.4. Para efeito de pagamento, a Contratada deverá estar em dia com todas as condições de habilitação, onde deverão ser encaminhados os documentos mencionados abaixo, dentro do prazo de validade, juntamente com a nota fiscal:

I – Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei n.º 8.036/90);

II - Certidão de Regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

III - Prova de regularidade com a Fazenda Federal por meio de Certidão Conjunto de débitos relativo aos tributos federais e a Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda/Secretaria da Receita Federal do Brasil;

IV - Prova de regularidade relativa a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa que poderá ser obtida no site www.tst.jus.br/certidão;

2.5. Caso a Contratada não obedeça às condições estabelecidas no item anterior, a nota fiscal será passível de devolução, obrigando-se a empresa a emitir nova (s) nota (s), que somente será (ão) recebida (as) pela Contratante, mediante a anexação das certidões.

**CLÁUSULA TERCEIRA - REAJUSTAMENTO**

3.1 Será reajustado o contrato, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data da proposta, adotando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor amplo Especial (IPCA-E) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ou outro índice que venha a substituí-lo.

**CLÁUSULA QUARTA - DOS PRAZOS**

4.1 Os contratos oriundos das atas terão vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do mesmo.

4.2 O prazo para entrega dos produtos será de até 10 (dez) dias, após a requisição dos mesmos, através de Solicitação de Fornecimento.

**CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

5.1 Os recursos financeiros correrão sob as rubricas:
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

**CLÁUSULA SEXTA – REGIME DE EXECUÇÃO**

6.1 O regime de execução será o de empreitada por preço global.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

7.1 A CONTRATADA obriga-se a observar as especificações a serem executadas constantes na planilha descritiva no Termo de Referência;
**7.2.** Dar integral cumprimento a sua proposta;
**7.3.** Fornecer os produtos de primeira qualidade e de acordo com as especificações e condições adequadas para seu uso, entregando-o no endereço indicado;
**7.4.** Zelar para que seus empregados, utilizados na entrega dos produtos, estejam devidamente credenciados, portando cartão de identificação;
**7.5.** Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, inclusive os que resultarem, direta ou indiretamente, de atos ou omissões de seus empregados ou prepostos, a qualquer título, às instalações, patrimônio e pessoal da administração pública, reparando os danos eventualmente causados, procedendo, imediatamente, o respectivo reembolso;
**7.6.** Prestar, sempre que consultada, todos os esclarecimentos solicitados pela Contratante, atendendo pronta e imediatamente às reclamações que porventura lhes forem apresentadas;
**7.7.** Atender às demandas da Contratante na exata medida de suas necessidades, garantindo a entrega dos produtos solicitados;
**7.8.** Responsabilizar-se pelo transporte dos produtos adquiridos, bem como por todo e qualquer dano que venha a ocorrer provenientes do transporte dos mesmos;
**7.9.** Manter, durante a vigência do contrato, endereço e telefone para contato permanentemente atualizados;
**7.10**. Entregar os produtos solicitados nas quantidades e qualidade informadas, atendendo às especificações técnicas;
**7.11**. Proceder às substituições, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, dos produtos que não atendam às especificações descritas neste Termo de Referência, bem como daqueles que contenham erros de dados que foram observados por ocasião de análise da Contratante, no prazo informado, contadas a partir da notificação da recusa do produto defeituoso;
**7.12**. Assumir inteira responsabilidade pelos produtos contratados, não podendo transferi-los a outrem, no todo ou em parte;
**7.13**. Comunicar à Contratante, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
**7.14**. Responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais;
**7.15**. Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação: prova de regularidade com relação à Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União do domicílio ou sede do licitante; FGTS, CNDT;

**7.16.** Aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões, nos termos do artigo 65 §1º, da Lei n.º 8.666/93.

**CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE**

8.1 Proporcionar todas as condições necessárias à boa execução do contrato e permitir o acesso dos empregados identificados da Contratada ao local de armazenamento/entrega dos produtos;
8.2. Responsabilizar-se pela comunicação, em tempo hábil, de qualquer fato que acarrete em interrupção na execução do fornecimento;
8.3. Designar um servidor como gestor para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e atestar as faturas, conforme previsto no art. 67 da Lei nº 8.666/93;
8.4 Supervisionar o fornecimento, por intermédio da Secretaria solicitante;
8.5 Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nos dispositivos legais;
8.6 Prestar informações e esclarecimentos, caso solicitados pela Contratada;
8.7 Fornecer atestado de capacidade técnica, quando solicitado pela Contratada, desde que atendidas às obrigações contratuais.

**CLÁUSULA NONA – DA FACULDADE DE EXIGIBILIDADE**

9.1 Fica estabelecido que, na hipótese da **CONTRATANTE** deixar de exigir da **CONTRATADA** qualquer condição deste contrato, tal faculdade não importará em novação, não se caracterizando como renúncia de exigi-la em oportunidades futuras.

**CLÁUSULA DECIMA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA**

10.1 O presente contrato não poderá ser objeto de cessão, transferência ou subcontratação, no todo ou em parte sem previa e expressa anuência da **CONTRATANTE.**

**CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES**

11.1 Ficará impedido de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Termo de Referência, edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n 8.666/93, no que couber garantido o direito prévio da ampla defesa, a licitante que:

a) Deixar de entregar a documentação exigida no Edital;
b) No prazo determinado, não retirar a Nota Fiscal.
c) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
d) Ensejar o retardamento da execução do objeto do Termo;
e) Não mantiver a proposta, injustificadamente;
f) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
g) Comportar-se de modo inidôneo;
h) Cometer fraude fiscal.

11.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto do Termo, a Administração da Prefeitura Municipal de Barreiras, poderá garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as seguintes sanções:

a) Advertência;
b) Multa moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso na execução do contrato, tomando por base o valor do respectivo lote;
c) Multa de 2% (dois por cento) a partir do 16º (decimo sexto) dia, até o 30º dia de atraso;
d) Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do respectivo lote;
e) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com Administração por período não superior a 2 (dois) anos;
f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com Administração Pública.

11.3. O atraso injustificado na execução do contrato, por período superior a 30 (trinta) dias, poderá ensejar a rescisão do contrato.

11.4. As multas aplicadas serão descontadas dos créditos da contratada ou, na impossibilidade, recolhida no prazo de até 15 (quinze) dias, da data da comunicação oficial e, caso não cumprida, serão cobradas judicialmente.

11.5. Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das penalidades previstas nos 11.2 e 11.3, alíneas “b”, “c”, “d”, “e” e “f.

11.6. Da aplicação das penalidades previstas nos itens 11.1 e 11.2 caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação, que será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato, a qual poderá reconsiderar a sua decisão, ou, faze-lo subir devidamente informado.

11.7. As sanções previstas no item 11.2, alíneas “b”, “c” e “d”, poderão ser aplicadas conjuntamente com as demais penalidades previstas no Termo de Referência.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DAS ALTERAÇÕES E RESCISÃO**

12.1 O presente contrato poderá ser alterado mediante celebração de termos aditivos, e rescindido nas hipóteses previstas no artigo 78 da Lei Federal 8.666/93, com as consequências indicadas no artigo 80, sem prejuízo das sanções previstas naquela lei e neste contrato.

12.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurando o direito à prévia e ampla defesa.

12.3 No caso de rescisão deste contrato, a **CONTRATADA** receberá apenas o pagamento do serviço já entregue e aprovado pelo **CONTRATANTE**.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO**

13.1 A fiscalização do objeto será exercida pela CONTRATANTE, por meio das Secretarias Municipais, na forma que lhe convier;
13.2. A fiscalização, exercida no interesse exclusivo das Secretarias Municipais, não exclui e nem reduz a responsabilidade da empresa contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na sua ocorrência, não implica em corresponsabilidade do poder público ou de seus agentes e prepostos, salvo quanto a estes, se decorrente de ação ou omissão funcional, apurada na forma da legislação vigente;
13.3. A Gestão de contratos consiste em atividades coordenadas que visam administrar os contratos desde o seu início até o seu término, com ações proativas e preventivas de modo a observar o cumprimento das regras previstas/pactuadas no instrumento contratual, buscar os resultados esperados e trazer benefícios e economia para a administração. Ainda, deverá acompanhar a assinatura dos contratos, manter controle individualizado de cada contrato e dentre outras funções, preparar e implementar as alterações contratuais;
13.4. Fica designado os servidores públicos, mencionados abaixo, como FISCAIS DO CONTRATO:
13.4.1. MARY ELZA LOPES RODRIGUES MARQUES, matricula nº 57.634, Subdiretora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer;
13.4.2. JOISSE JÉSSICA ROCHA DE JESUS, matrícula nº 59.833, Assessora Especial III, lotada na Secretaria Municipal de Saúde;
13.4.3. MARCOS PETRONILIO DE JESUS, matrícula nº 56.041, Assessor Técnico, lotado no Gabinete do Prefeito;
13.4.4. THIAGO ERNESTINO SILVA DE SOUZA ALMEIDA, Matrícula nº 56.884, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS MATERIAIS**

14.1 Os produtos deverão ser entregues no Almoxarifado da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento da Prefeitura Municipal de Barreiras, localizado, na Rua Barão de Cotegipe, nº 273, Centro, Barreiras/BA, ou em outro local previamente determinado pela mesma, neste mesmo Município, mediante a expedição de solicitação de fornecimento pelos Setores Competentes;
14.2. A entrega será por solicitação, conforme a necessidade de cada Secretaria, que deverá ser formalizada pelo Setor de compras deste Município;
14.3. Nos preços unitários propostos deverão estar inclusos todas as despesas para sua entrega como frete, impostos, taxas etc.
14.4. O prazo para entrega dos produtos será de até 10 (dez) dias, após a requisição dos mesmos, através de Solicitação de Fornecimento;
14.5. No ato da entrega dos produtos, as Notas Fiscais devem conter as quantidades e especificações de todos os itens fornecidos;
14.6. O transporte dos materiais/equipamentos deverá ser realizado em veículo adequado que garanta a qualidade e integridade dos mesmos, sendo todos entregues em perfeito estado;

14.7. A Contratada obrigar-se-á a substituir, sem ônus para a Contratante, o produto entregue avariado ou impróprio ao uso a que se destina;

14.8. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que determinado produto foi entregue em desacordo com a proposta, com defeito, fora da especificação ou incompleto, a empresa Contratada será notificada, não será emitido o Termo de Aceitação e o pagamento será suspenso até que a situação seja regularizada;

14.9. Todas as despesas de transporte, tributos, frete, carregamento, descarregamento, encargos trabalhistas e previdenciários e outros custos decorrentes direta e indiretamente do fornecimento do objeto da licitação, correrão por conta exclusiva da Contratada;

14.10. Qualquer produto será recusado inteiramente nas seguintes condições:

14.10.1. Caso seja entregue em desconformidade com as especificações do objeto, constante neste termo de referência e da proposta vencedora;

14.10.2. Caso seja detectado que qualquer componente adquirido não seja novo;

14.10.3 Caso apresente defeitos, em qualquer de suas partes ou componentes;

14.11. Nos casos de recusa do produto, a empresa contratada terá o prazo de 10 (dez) dias para providenciar a sua substituição, contados a partir da comunicação oficial feita pela Secretaria solicitante;

14.12. Quando da entrega dos produtos pelo fornecedor juntamente com a nota fiscal, a seção de material fará o seu recebimento provisório, ocasião em que serão conferidos apenas a quantidade e a qualidade dos volumes entregues;

14.13. O recebimento definitivo dos produtos dependerá da verificação de sua conformidade com as especificações.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

15.1 Serão partes integrantes deste contrato:
a) Edital e Anexos;
b) Proposta de Preços da **CONTRATADA;**
c) Processo administrativo nº **2671/2021**

15.2 Toda e qualquer comunicação, entre as partes, será sempre feita por escrito, devendo as correspondências encaminhadas pela **CONTRATADA** serem protocoladas, pois só dessa forma produzirão efeito.

15.3 Aos casos não previstos neste instrumento, aplicar-se-ão os dispositivos estabelecidos na Lei Federal 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO**

16.1 Fica eleito o foro da Cidade de Barreiras, Estado da Bahia, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste contrato, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, justos e contratados, na presença das testemunhas abaixo, assinam as partes este instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Barreiras, **XX** de **XXXX** de **XXXX**.

| | |
|---|---|
| _____ | _____ |
| **CONTRATANTE** | **CONTRATADO** |
| **PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS** | |
| **TESTEMUNHAS:** | |
| **NOME:** | **NOME:** |
| **CPF:** | **CPF:** |